



Índice

- 01** Vale-Universidade: indígenas de MS podem se inscrever até dia 26
- 02** Índios e defensores do complexo do Maracanã fazem manifestação
- 03** Educar indígenas é desafio para escolas dentro e fora das aldeias
- 04** Aldeia indígena de MT deve fazer parte de roteiro turístico da Copa de 2014
- 05** Antigo Museu do Índio deve ser desocupado em três dias
- 06** Escolhido "mensageiro" de sua tribo, índio brasileiro aprende inglês em Nova York
- 07** Povos indígenas: 'Que progresso é esse?'
- 08** Um índio prega o evangelho na cidade
- 09** Missionários avançam sobre terra indígena Vale do Javari (AM)
- 10** Produtores ameaçam reduzir plantio contra a invasão de índios



Vale-Universidade: indígenas de MS podem se inscrever até dia 26

SÍTIO AQUIDAUANANEWS, 17.03.2013

Acadêmicos indígenas que estudam na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) ainda podem fazer a inscrição para o processo seletivo do Programa Vale-Universidade Indígena.

As inscrições que se encerrariam no dia 12 de março, foram prorrogadas até o dia 26 de março, como consta na resolução nº 114.

O motivo da prorrogação é que a UEMS está realizando o processo seletivo interno para o preenchimento de vagas remanescentes do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

As inscrições do Vale-Universidade Indígena são feitas exclusivamente pelo site da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - Setas, www.setas.ms.gov.br, clicando no banner do programa.

O programa do governo do Estado de Mato Grosso do Sul é voltado aos acadêmicos que comprovem mediante documentação expedida pela Funai (Fundação Nacional do Índio) a origem indígena, e devem estar matriculados em curso de licenciatura ou bacharelado.

Antes de se inscrever, é importante que o candidato leia com atenção, a lei, o decreto e a resolução do programa, disponíveis no site, para que tome conhecimento prévio dos documentos a serem apresentados caso seja selecionado para a entrevista, pois se não estiver com a documentação disponível para avaliação prévia, poderá haver o cancelamento da seleção preliminar. Os documentos comprovam a veracidade das informações indicadas no ato da inscrição.

Os acadêmicos recebem auxílio financeiro e têm a oportunidade de estar em contato com a prática profissional para o enriquecimento curricular através de atividades complementares de 12 horas semanais, compatível com a área de estudo escolhida.



Índios e defensores do complexo do Maracanã fazem manifestação

SÍTIO UOL, 17.03.2013

Os índios que ocupam a Aldeia Maracanã, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, fizeram no sábado (16), ao lado de simpatizantes da causa, uma manifestação contra a demolição do Estádio de Atletismo Célio de Barros, do Parque Aquático Júlio Delamare, da Escola Municipal Friedenreich e contra a privatização do Maracanã. A manifestação teve início na Praça Saens Peña, na Tijuca, e seguiu em passeata até o Complexo Esportivo do Maracanã, provocando caos no trânsito da região.

O estádio do Maracanã está com leilão marcado para o dia 11 de abril, e o ato teve a finalidade forçar a aprovação do projeto de resolução da Assembleia Legislativa do estado (Alerj) que propõe um plebiscito sobre o tema. No entorno do estádio será construído um shopping, a ser explorado pela iniciativa privada. O advogado Arão da Providência, que defende os índios da Aldeia Maracanã, disse que o prazo de 72 horas dado pela Justiça Federal para que os índios desocupem o prédio do antigo Museu do Índio, no entorno do Maracanã, está condicionado ao governo do estado apresentar uma proposta alternativa de espaço para o povo indígena. Segundo Arão, o governo quer oferecer um hotel para os índios na área central da cidade, para ficar aguardando a discussão de um possível outro local para montar o Centro Cultural Indígena.

"Então quem tem negociar com os indígenas não é mais o estado do Rio de Janeiro e sim a empresa vencedora da licitação. Na audiência pública foi apresentada a proposta de manter naquele espaço o projeto de cultura indígena, mas o governo está desrespeitando o próprio edital e está desrespeitando a audiência pública que aprovou o Centro Cultural Indígena no antigo Museu do Índio", disse. Em nota, a Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos informou que esteve com os índios que ocupam o antigo Museu do Índio na tarde de sexta-feira (15), quando um oficial de Justiça entregou o documento de imissão de posse aos indígenas.

"A equipe da secretaria reforçou, mais uma vez, as propostas do governo do estado de criação de um centro de referência indígena, próximo à Quinta da Boa Vista e do Conselho Estadual Indígena, e garantiu que até que estas medidas sejam efetivadas, os índios terão à sua disposição um local provisório para hospedagem. Aqueles que não aceitarem ir para o mesmo local, receberão o benefício temporário do aluguel social e seus bens serão igualmente transportados. Importante salientar que neste momento a situação está sendo tratada pela Justiça Federal, que determinou o prazo de 72 horas para a saída espontânea do imóvel".

Já o presidente da Associação de Pais de Alunos da Escola Municipal Friedenreich, Carlos Sandes, instalada no Complexo do Maracanã há 48 anos, disse que a demolição da escola é um desrespeito aos alunos, entre eles os portadores de necessidades especiais, que representam pouco mais de 10% do número total de 350 alunos. "A escola tem um trabalho específico [para esses alunos] e com acesso que não apresenta obstáculo para as crianças, tanto cadeirantes, autistas ou portadores da síndrome de Down. E o governo quer arrastar a escola Friedenreich para a Escola Municipal Orsina da Fonseca, distante do local e sem acessibilidade para os portadores de necessidades especiais", reclamou.



Educar indígenas é desafio para escolas dentro e fora das aldeias

SÍTIO TERRA, 17.03.2013

Na Escola Classe do Varjão, localizada na periferia de área nobre da capital federal, quatro novatos são a sensação entre os colegas. Pira Taporé, 13 anos, Kautsaré Kaluaná, 12 anos, Tsikão Aumari, 9 anos, e Janawá Taujá, 6 anos, os irmãos Kamaiurás, são disputados por crianças curiosas em descobrir mais sobre os meninos indígenas que pouco falam português.

Por um lado, o acolhimento dos alunos acabou com uma das maiores preocupações do pai das crianças, Wary Kamaiurá Sabino, e dos professores: o medo de preconceito. Matriculados desde fevereiro na escola, poucos foram os episódios de “estranheza” envolvendo os indígenas e os colegas. A curiosidade tem sido usada para promover a diversidade e o respeito.

Se a chegada dos novos alunos foi um susto, de início, para a escola, depois transformou-se em desafio e, agora, as professoras responsáveis por educá-los enxergam a presença dos indígenas como um estímulo. E um presente. Lucilene de Oliveira Campos e Dulce Ritter Contini brincam com a língua tupi-guarani para integrar os estudantes.

“Ainda sou aquela professorinha que quer buscar conhecimento, aprender. Estou muito feliz. A aula é uma riqueza”, conta Lucilene. É ela quem aprende as palavras e as histórias do povo Kamaiurá com o irmão mais velho, Pira Taporé, e repassa as informações a Dulce. Nas aulas, as duas apresentam palavras indígenas aos outros e preparam um dicionário português-tupi.

A boa vontade das professoras e o apoio do pai das crianças, que é professor, leva a experiência na escola de Brasília ao caminho certo. Mas revela que educar indígenas ainda levanta dúvidas entre os educadores, especialmente nos que estão distantes das aldeias. Um dos maiores entraves, como no caso das crianças Kamaiurás, é a língua.

Pira Taporé já superou parte da timidez, fala e entende bem o português. Os outros, mais tímidos, estão aprendendo as primeiras palavras. As professoras sabem que as formas de pensar e aprender dessas crianças são diferentes e lamentam a falta de preparo para atendê-los de forma mais adequada.

“Não estou me sentindo aflita, porque criança aprende rápido. Mas me causa estranheza não termos gente do Ministério da Educação preocupada em saber quem está cuidando dessas crianças”, comenta Dulce, que tem experiência longa em alfabetização e é poliglota.

A coordenadora de Educação em Diversidade da Secretaria de Educação do Distrito Federal, Ana Marques, admite que as políticas ideais de atendimento a essas crianças ainda serão traçadas. “Essa é uma demanda nova e fluida, porque os indígenas não estão efetivamente fixados aqui, eles vêm e vão. Mas eles precisam de um tratamento específico”, diz.



Aldeia indígena de MT deve fazer parte de roteiro turístico da Copa de 2014

SÍTIO G1, 17.03.2013

Uma equipe da Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), junto com o secretário da pasta, Maurício Guimarães, visitou nesta sexta-feira (15) uma aldeia da etnia Umutina, em Barra do Bugres, a 169 quilômetros de Cuiabá, para avaliar o potencial turístico do local. A região poderá fazer parte do roteiro turístico da Copa do Mundo de 2014, da qual a capital mato-grossense é uma das 12 sedes.

Para chegar até a aldeia, o grupo atravessou o Rio Paraguai de barco. No local, as autoridades foram recebidas com dança. Os jovens indígenas fizeram uma apresentação às margens do Rio 18, que corta a aldeia Umutina. "A aldeia tem um grande potencial turístico, principalmente para os turistas de grandes países que virão nos visitar nesse momento. Por isso, viemos aqui conhecer e incluindo isso no roteiro para que possamos disponibilizar para o mundo as belezas da região", disse o secretário da Secopa.

Na aldeia há árvores nativas e riquezas históricas, entre elas nove casas construídas no período em que Marechal Cândido Rondon explorou as terras. Naquela época, também foram construídos dois prédios. Em um deles ficavam alojados os professores e no outro até hoje funciona uma escola.

"Além da questão indígena, também temos a parte histórica. São duas formas de turismo diferentes que podem ser trabalhadas juntas nessa comunidade", afirmou o técnico da Secretaria de Turismo de Mato Grosso (Sedtur), Maurício Rodrigues Maneiro.

A aldeia possui uma área de quase 30 mil hectares e conta com índios de nove etnias. "Tem vários pontos na nossa aldeia e queremos convidar as pessoas para que conheçam a aldeia Umutina e a nossa cultura", enfatizou o líder indígena Miro Calomezore.



Boletim de Notícias - Edição nº 047 / 2013

Brasília, 18 de março de 2013.

Antigo Museu do Índio deve ser desocupado em três dias

SÍTIO TOP, 16.03.2013

Os índios que ocupam o antigo Museu do Índio, no Maracanã, Zona Norte do Rio de Janeiro, foram intimados a deixar o local em 72 horas, contando a partir de sábado. Em represália à imissão de posse, entregue por um oficial de justiça, eles fizeram cinco pessoas reféns, que foram liberadas por volta das 18h30.

Em nota, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos informou que reforçou aos índios as propostas do Governo do Estado de criação de um centro de referência indígena, próximo à Quinta da Boa Vista, e do Conselho Estadual Indígena, e garantiu que, até que estas medidas sejam efetivadas, eles terão à sua disposição um local provisório para hospedagem emergencial. Aqueles que não aceitarem ir para o mesmo local, receberão o benefício temporário do aluguel social e seus bens igualmente transportados.



Boletim de Notícias - Edição nº 047 / 2013

Brasília, 18 de março de 2013.

Escolhido "mensageiro" de sua tribo, índio brasileiro aprende inglês em Nova York
SÍTIO UOL, 17.03.2013

O ativista, líder indígena e cineasta Nilson Tuwe Huni Kui, 29, está vivendo, por nove meses, um cotidiano muito distinto da sua realidade, na cidade de Nova York. Ele vem do povo indígena Kaxinawá, também conhecido como Huni Kiu, de uma aldeia na região amazônica do Acre, com apenas 600 habitantes. Fascinado por tecnologia e por imagens, o jovem líder indígena está na metrópole americana para aprender inglês.

Esta notícia possui recursos multimídia. [Clique aqui.](#)



Povos indígenas: 'Que progresso é esse?'

SÍTIO TOP, 17.03.2013

O ano de 2012 e o início de 2013 podem ser considerados marcos na luta dos direitos dos povos indígenas. Belo Monte e a luta dos Guarani-Kaiowá, em Iguatemi (MS), são os casos que ganharam maior repercussão nacionalmente. Porém, junto à maior visibilidade da causa indígena, maior a criminalização desses povos que lutam pela demarcação de suas terras tradicionais.

Na região Oeste do Paraná, a luta indígena também tem ganhado destaque, especialmente na região de Guaíra e Terra Roxa, um dos maiores sítios arqueológicos do Brasil e cenários de grandes aldeamentos e reduções jesuíticas. A região passou a ser considerada uma "área de tensão", terra de conflitos envolvendo produtores rurais e povos tradicionais.

No tema controverso, da luta pela terra e questão territorial, os indígenas têm encontrado a resistência não somente dos grandes proprietários de terra, mas da própria comunidade e da opinião pública.

Não bastassem as ameaças de despejo, essas comunidades tem se deparado com o preconceito de parte da sociedade. Os Guarani passaram a ser tratados como "invasores" por parte da sociedade que desconhece o processo histórico e a luta pela sobrevivência dessas comunidades tradicionais. É o que explica o cacique Ilson Soares – do Tehoka Y'hovy, na Vila da Eletrobrás, em Guairá.

"Através da mídia, dos jornais, os grandes produtores de terra conseguiram mudar a opinião da sociedade e a população começou a nos olhar como bandidos. O sindicato rural tem colocado medo em pequenos produtores, espalhando mentiras que iríamos tomar várias terras começando de Guaíra até Foz do Iguaçu", diz o líder indígena.

Essa chamada "onda de invasões" propagada fica exemplificada em recentes boatos de que os indígenas da região estariam reivindicando uma área de 100 mil hectares. "Nunca reivindicamos uma área desse tamanho, é um absurdo plantarem uma notícia dessa para botar medo nos outros produtores, especialmente nos pequenos. Queremos apenas a formação de GTs [grupos de trabalho] para a demarcação de nossas terras. Queremos uma área para vivermos com segurança com nossas famílias, que possam nos abrigar e vivermos nossa cultura. Tudo que a gente constrói é para mantermos nossa cultura, nossa linguagem. Plantamos nosso milho branco, batata-doce, feijão guarani, nosso amendoim guarani", argumenta Soares.

Para o cacique, o preconceito de parte da sociedade acaba sendo inevitável. "É natural, primeiro por não conhecerem ou por aprenderem com os próprios pais. É necessário uma compreensão de que não somos novidade, existimos desde o começo da história do Brasil, não somos povos canibais, selvagens ou bárbaros, acima de tudo somos seres humanos que precisam da ajuda da comunidade", diz.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 047 / 2013

Brasília, 18 de março de 2013.

A área onde vive Ilson Soares é de 40 hectares. Por lá vivem 27 famílias, aproximadamente 100 indígenas. Há uma ordem de reintegração de posse da área. "Foi ordenada a retirada nossa da aldeia, mas a FUNAI [Fundação Nacional do Índio] apresentou um recurso", diz o cacique sobre a ordem judicial. Também não há qualquer indicação de área para abrigar essas famílias diante do iminente despejo.

Enquanto esperam o desfecho judicial, os indígenas seguem marginalizados e tratados como "inimigos do progresso", como descrito em recentes faixas confeccionadas em Guairá com os dizeres: "Invasão guarani não combina com ordem e progresso".

"Que progresso é esse? É um progresso de quem? Nós não queremos esse progresso, pois o progresso já levou nossos pais, nossos antepassados, nossas terras e parte da nossa cultura", questiona o cacique Ilson Soares, ao mesmo tempo que conclui seu testemunho.



Um índio prega o evangelho na cidade

SÍTIO TERRA, 16.03.2013

A Igreja Internacional da Graça de Deus em São Luís de Montes Belos, localizada próxima ao Espelho D'água, tem a frente um índio. Ali, ele é o pregador. Tem sabedoria. Ele é Odair Antônio Vasconcelos Pereira que, na Ilha do Bananal, de onde é originário, tinha o nome de Tuilá Canela.

A história de vida deste índio é bonita. Fugiu da tribo aos 14 anos. Foi para Brasília. Lutou muito. Entrou para aeronáutica. Depois para a vida religiosa. Hoje tem 38 anos. Tem muitas convicções religiosas. Uma delas é de que o ser humano precisa se auto disciplinar, criar o seu caminho, fazer a alternativa correta. Ele lembra o episódio de Pedro pescador. Jesus disse: jogue a rede. Pedro jogou e obteve peixes. Há sempre uma forma de obter a alternativa correta. E é preciso fé ao criar o seu caminho, lembra o Pastor Odair.



Missionários avançam sobre terra indígena Vale do Javari (AM)

SÍTIO UOL, 16.03.2013

Junto com o precário serviço de saúde, atividade escolar quase inexistente, o desmatamento para criação de boi e a extração de madeira (embora em menor escala) são algumas das principais ameaças contra a sobrevivência dos povos indígenas do Vale do Javari.

Uma pressão razoavelmente recente, contudo, vem preocupando os indigenistas e os próprios indígenas: o avanço da entrada de missionários evangélicos nas aldeias.

Segundo o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio em Atalaia do Norte, Bruno Pereira, nos últimos anos o Vale do Javari tem sido o novo alvo de missionários, mas a maioria das lideranças se recusa a aceitá-los. Ele próprio diz ser procurado pelos missionários, que oferecem ajuda aos indígenas.

Para serem aceitos, a estratégia dos missionários é oferecer serviços inexistentes nas comunidades (e que seria obrigação do Estado brasileiro), como escolas, postos de saúde e até poços artesianos. Outra maneira de aproximação é evangelizar apenas um indígena (que em geral se torna pastor) de uma determinada aldeia (inclusive do Peru) e, tempos depois, promover o seu retorno para que ele continue o trabalho junto aos demais.

O cacique da aldeia Lobo, Waki Mayoruna, é radicalmente contra a entrada de missionários. Na reunião ocorrida em sua aldeia, a presença de um piloto de avião que levou até o local o prefeito de Atalaia do Norte, Nonato Tenazor, incomodou Waki. O cacique teria expulsado o piloto (que mais tarde disse à reportagem ser da "ong" Assembleia de Deus), se não fosse a interferência de outros indígenas.

Em declaração ao jornal A CRÍTICA, Waki disse que não aceita missionários pois estes provocam conflitos e divisões nas aldeias e querem proibir que os indígenas continuem praticando seus rituais e sua cultura.



Produtores ameaçam reduzir plantio contra a invasão de índios

SÍTIO OPARANA, 16.03.2013

Uma informação levada ao Departamento Agrário da Amop (Associação dos Municípios do Oeste do Paraná) está preocupando a bancada de prefeitos.

Em reuniões realizadas com líderes de sindicatos rurais patronais, o grupo foi informado que os agricultores pensam em atitudes extremas caso o governo federal não se posicione e não agilize a medição de conflitos envolvendo ruralistas e indígenas na região quanto às invasões de terras.

Entre as propostas apresentadas pelo setor produtivo, uma delas pode estar muito próxima de ser colocada em prática. Os agricultores estariam se organizando para uma megamobilização.

Fala-se em um protesto nacional que começaria pela região Oeste, migraria para o Mato Grosso do Sul, que também enfrenta esses mesmos problemas, e se estenderia, como forma de solidariedade, para outros estados altamente agricultáveis. "Conversei com líderes ruralistas e pedi para que a mobilização não fosse feita ainda, mas eles me pareceram bastante determinados", argumentou o prefeito de Guaíra e coordenador do Departamento, Fabian Vendrúsculo (PT).

O protesto pede sensatez ao governo para a demarcação de terras já que uma das reivindicações que em tese havia sido firmada por líderes indígenas seria de 100 mil hectares somente no Oeste.

Uma reunião realizada em Brasília no início do mês levou à mesa de debates Ministério da Justiça, Casa Civil, Funai (Fundação Nacional do Índio) e prefeitos da região. O encontro não surtiu efeitos imediatos, mas a Presidência da República pediu 90 dias para dar respostas. Durante esse período também serão analisados laudos antropológicos para então emitir pareceres.

Os 90 dias seriam tempo suficiente para que os agricultores definissem outra medida, dessa vez mais drástica. O segmento ameaça, para a próxima safra de verão, redução de área a ser plantada. O objetivo é estimular a diminuição no plantio e forçar um desabastecimento de grãos. "Essa seria uma forma de protestarem, pressionarem e chamarem a atenção para um problema que está mais calmo nesse momento, mas que não foi resolvido e não deixou de existir", avalia Fabian.